



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS - CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES - DLH
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

BEATRIZ VIEIRA DE ANDRADE

**O BILINGUISMO COMO PERSPECTIVA DE ENSINO DA LINGUA
PORTUGUESA PARA SURDOS**

**CATOLÉ DO ROCHA
2016**

BEATRIZ VIEIRA DE ANDRADE

**BILINGUISMO COMO PESPECTIVA DE ENSINO DA LINGUA PORTUGUESA
PARA SURDOS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Letras, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Letras.

Orientador (a): Eianny Cecília de Abrantes Pontes.

**CATOLÉ DO ROCHA
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A553b Andrade, Beatriz Vieira de.
O bilinguismo como perspectiva de ensino da língua portuguesa para surdos [manuscrito] / Beatriz Vieira de Andrade. - 2016.
23 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2016.
"Orientação: Profa. Esp. Erianny Cecília de Abrantes Pontes, Departamento de Letras e Humanidades".

1. Educação Inclusiva. 2. Bilinguismo. 3. Ensino de Português. I. Título.

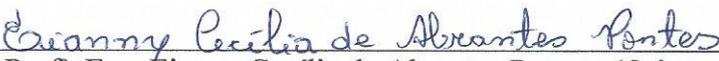
21. ed. CDD 371.912

BEATRIZ VIEIRA DE ANDRADE

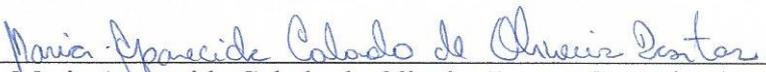
**O BILINGUISMO COMO PESPPECTIVA DE ENSINO DA LINGUA PORTUGUESA
PARA SURDOS**

Aprovado em: 19 de outubro de 2016.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Esp. Erianny Cecília de Abrantes Pontes. (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba- UEPB/ CAMPUS IV


Prof. Msc. José Marcos Rosendo de Souza (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba- UEPB/ CAPUS IV


Prof.^a Ma. Maria Aparecida Calado de Oliveira Dantas (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba- UEPB/ CAPUS IV

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, que sempre esteve ao meu lado me amparando e renovando minhas forças, mesmo quando fraquejei na fé e entrava em desespero, o sentimento de sua presença acolhedora renovava minhas energias para que eu continuasse a perseverar no caminho até a minha formatura.

Agradeço a minha família, que fez o possível para me encorajar e me ajudar nessa dura caminhada. Agradeço de forma especial a minha mãe, Dona Maria, meu papai, Dedé, minha irmã, Bianca e minha madrinha e segunda mãe, Raimunda. Muito obrigada por sempre estarem ao meu lado, me apoiando e ajudando por todo meu percurso acadêmico.

Agradeço ao meu esposo que sempre fez de tudo para que eu chegasse até aqui, estou realizando um sonho nosso, um objetivo que alcançamos juntos. Pois sem ele não teria conseguido seguir em frente. Como também aos meus sogros que sempre me trataram com muito amor e proteção e por verem em mim o sucesso de uma filha.

À minha orientadora Eianny Cecília que não deixou de me incentivar e mostrar-me que eu era capaz. Obrigada por me mostrar o caminho certo a ser seguido e por me fazer ver que eu era capaz de crescer academicamente e por fazer isso sempre com muito carinho e dedicação, esse trabalho é mérito nosso, pois ele não seria feito sem seu apoio e dedicação.

Para finalizar, agradeço a todos meus amigos que me ajudaram a vencer essa jornada da minha vida, em especial, as irmãs que a graduação me deu, Ana Paula, Erlany e Gabriele. Muito obrigada pelas risadas, troca de conhecimentos e puxões de orelha. Vocês foram essenciais para crescimento acadêmico e pessoal. Como também, a todos os professores que contribuíram a cada componente curricular para meu crescimento como profissional. Foi com a muda de conhecimento que cada um plantou em mim que hoje se vê um jardim, uma profissional formada. Muito obrigada a todos.

“Inclusão é sair das escolas dos diferentes
e promover a escola das diferenças.”
(Mantoan)

RESUMO

A partir de diversas discussões sobre educação inclusiva e acerca do ensino da língua portuguesa em uma modalidade bilíngue para alunos surdos é que surge a perspectiva bilíngue de ensino para surdos, na tentativa de proporcionar um meio educativo de maior eficiência para a comunidade surda. Dessa maneira o presente estudo se justifica pelo fato da carência de estudos na área, de forma que contribui tanto para minha formação docente, quanto para a disponibilização de um novo estudo na área de inclusão social. Diante disso, o presente trabalho se propôs a compreender como se dá o ensino da língua portuguesa em uma modalidade bilíngue. Buscamos, principalmente, em Heloísa Maria (2004), Marília da Piedade (2001), Márcia Goldfeld (2002) e Carlos Skiliar (1997, 2010) postulados que serviram de embasamento teórico bibliográfico às considerações feitas ao longo da pesquisa. Realizado o estudo, foi possível constatar que o bilinguismo atua como modalidade eficiente para se ministrar a língua portuguesa, como segunda língua, se tal modalidade for empregada de forma correta por professores capacitados na área.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Bilinguismo. Ensino de Português.

ABSTRACT

From several discussions on inclusive education and about the Portuguese language in a bilingual mode for deaf students is that there is the teaching of bilingual approach to deaf in an attempt to provide an educational environment of greater efficiency for the deaf community. Thus the present study is justified because of the lack of studies in the area, so that contributes to both my teacher training, and for the provision of a new study in the area of social inclusion. Therefore, this study aimed to understand how is the teaching of the Portuguese language in a bilingual mode. We seek mainly in Heloisa Maria (2004), Marilia da Piedade (2001), Marcia Goldfeld (2002) and Carlos Skiliar (1997, 2010) postulates that served as bibliographic theoretical basis of the considerations made during the research. Conducted the study, it was found that bilingualism acts as an efficient method to teach Portuguese as a second language, if this mode is used properly by trained teachers in the area.

Key words: Inclusive Education; Bilingualism; Portuguese Teaching

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	08
3	FILOSOFIAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	11
	3.1 Oralismo e Comunicação Total.....	11
	3.2 O Bilinguismo como ferramenta de inclusão para ensino da língua portuguesa..	14
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
5	REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

Desde o período aristotélico, consubstanciou-se a crença de que o Surdo era um ser incapaz, por não possuir a audição; Diante desse pressuposto é que se buscaram teorias que desmistificassem tal afirmação, entre elas a do bilinguismo.

Atualmente, com o desenvolvimento da educação bilíngue, as escolas têm a disponibilidade para receber os alunos surdos no meio social escolar. Porém, isso se dá de forma precária. Já que existem diversos fatores, que vão desde a falta de recursos metodológicos até a carência na capacitação de professores da área, que dificultam a acolhida dos alunos surdos no contexto escolar, já que a educação inclusiva tem como objetivo incluir pessoas com deficiência, ou não, na modalidade regular de ensino. Sendo assim, a pessoa surda tem o direito, garantido por lei, ao ensino da LIBRAS como primeira língua e ao ensino da Língua Portuguesa escrita como segunda língua, fazendo com que o Surdo seja incluído no contexto escolar.

A escolha deste tema adveio de uma inquietação de se pesquisar sobre o ensino de língua portuguesa como segunda língua, contribuindo assim para minha formação docente, como também, fornecer um estudo direcionado para a área de inclusão social. O presente artigo utiliza uma metodologia que se destina a analisar, por meio de pesquisas bibliográficas, o bilinguismo como forma de se lecionar a língua portuguesa para alunos surdos incluídos em uma educação bilíngue.

O estudo foi realizado através de investigações bibliográficas, que permitiram a busca de recursos que expliquem os questionamentos de como se lecionar a língua portuguesa para discentes surdos. De forma que, foram abordadas algumas das teorias que estudam o ensino da língua portuguesa, como segunda língua, para indivíduos surdos. Entre os estudiosos que trabalham com esse aspecto de ensino, o presente trabalho abordou: Carlos Skiliar (1997), Heloísa Maria Moreira Lima (2004), Maria Teresa Eglér Mantoan (2003), Flaviane Reis (2011), entre outros.

O trabalho foi dividido em dois tópicos: o primeiro aborda a educação inclusiva como forma de inserir o aluno surdo no contexto regular de ensino. Em um segundo momento foi abordado o bilinguismo, como perspectiva de ensino da língua portuguesa, em sua modalidade escrita de ensino, para discentes surdos.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Atualmente, tornam-se cada vez mais comuns as discussões acerca de educação inclusiva, de modo que todas as pessoas, tendo elas deficiências ou não, podem estar inseridas no contexto escolar, visto que, todo cidadão tem por direito o acesso à educação, previsto pela lei da Constituição Federal de 1988, que apresenta “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Levando em consideração que, ao longo da história, o indivíduo surdo foi considerado incapaz de frequentar o ambiente escolar e assim, marginalizado pela sociedade, é que estudiosos buscam meios metodológicos para incluir pessoas com deficiências, entre elas a auditiva, no meio escolar. Acerca do discutido a Declaração de Salamanca nos relata:

Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma; estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais; invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.10).

Dessa forma, a educação inclusiva propõe a inclusão de todas as pessoas da sociedade no meio escolar, que apresentem alguma deficiência, ou não, todas terão o direito de estarem incluídos na escola regular, para que assim, possa desenvolver-se uma escola para todos, onde são priorizados os talentos individuais de cada indivíduo, em uma perspectiva que a cooperação sirva para a melhoria de todos envolvidos. Acerca do exposto Mantoan ressalta que (2003, p. 29) “As condições de que dispomos, hoje, para trans-formar a escola nos autorizam a propor uma escola única e para todos, em que a cooperação substituirá a competição, pois o que se pretende é que as diferenças se articulem e se componham e que os talentos de cada um se sobressaiam”.

Em suma, partindo de uma perspectiva inclusiva, cabe à escola buscar meios para que se efetive a inclusão do aluno surdo no contexto escolar, tendo em vista que, na maioria das vezes, o aluno é apenas integrado no meio escolar. Ou seja, o aluno está em sala de aula, mas não é dado suporte metodológico para que o mesmo venha desenvolver suas capacidades cognitivas, assim, o discente surdo não é incluído no contexto escolar, mas sim, integrado. Mantoan (2003, p.16) explica que “as escolas inclusivas propõem um modo de organização do

sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”.

Dessa maneira, entende-se que a escola tem papel primordial na inclusão do surdo na sociedade em geral, para isso, deve buscar, por meio da língua de sinais, metodologias que contribuam no processo de aprendizagem das mais diversas disciplinas e especialmente a língua portuguesa, colocando o ensino em uma perspectiva bilíngue e assim incluindo efetivamente o aluno surdo no contexto da escola regular.

Com o desenvolvimento das políticas de inclusão, entre elas a admissão da LIBRAS como a língua de sinais oficial do nosso país, regulamentada pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, é que indivíduos surdos passam a ser incluídos, efetivamente, na escola pública, juntamente com as demais crianças em classes comuns. Havendo assim um incentivo a inclusão do aluno surdo nos mais diversos ambientes da sociedade. E assim surge mais um desafio para os educadores brasileiros, propiciar um ensino qualitativo, que atenda as necessidades, dos alunos ouvintes e surdos, em uma mesma sala de aula, de forma a propiciar a inclusão do surdo no contexto escolar. Com isso, são implantados componentes curriculares sobre inclusão e LIBRAS nos cursos de licenciaturas, sendo um incentivo na formação docente para o trabalho com a educação inclusiva. Acerca do exposto, Mendes e Matos (2014, p.36) afirmam que

Com a implementação das políticas públicas em inclusão escolar, cresce o número de alunos do público alvo da Educação Especial nas classes comuns, fato que ajuda a compor um cenário nas escolas que tem desvelado as limitações e contradições do sistema educacional brasileiro. Assim, atores e autores educacionais são desafiados a construir saberes capazes de responder às demandas do cotidiano escolar relacionadas à convivência e aprendizagem na diversidade.

Diante do exposto, compreende-se que, todos os dias, professores que se propõem a incluir alunos com deficiência em seu contexto de sala de aula regular são desafiados a lecionar um ensino qualitativo, que atenda de forma efetiva a heterogeneidade de sua sala de aula. Sendo assim, o mesmo é ferramenta indispensável para o processo de inclusão de pessoas com deficiência em um meio escolar que propicie seu desenvolvimento cognitivo e intelectual, por meio de metodologia ativas e inclusivas que desenvolva, por meio das diferenças, um ensino qualitativo para todos.

Em relação ao ensino para alunos surdos, alguns estudiosos recomendam que essa educação seja ministrada em LIBRAS, independente do local onde será desenvolvida. Assim, em paralelo com os demais componentes curriculares, se faz necessário, o ensino da língua

portuguesa como segunda língua. Para isso devem-se utilizar materiais e meios pedagógicos específicos que atendam às necessidades do aluno surdo, além do que, o ensino de língua portuguesa deve abordar os conteúdos que contribuam para a referência cultural do aluno surdo, fazendo-o identificar-se como brasileiro. Segundo o exposto, Quadros (1995, p.06) acrescenta que

O processo de alfabetização de surdos tem duas chaves preciosas: o relato de estórias e a produção de literatura infantil em sinais [...]. Recuperar a produção literária da comunidade surda é urgente para tornar eficaz o processo de alfabetização. A produção de contadores de estória, estórias espontâneas e de contos que passam de geração em geração são exemplos de literatura em sinais que precisam fazer parte do processo de alfabetização de crianças surdas.

Diante do exposto, entende-se que o ensino para surdos, na perspectiva da autora, apresenta como base as estórias do cotidiano do aluno surdo, tendo em vista, que a compreensão da leitura para o Surdo seria mais eficaz, a partir do momento, que se propicia uma leitura sobre aquilo que Surdo conhece e entende. Como também, as produções literárias na língua de sinais. Tendo em vista, que ainda se trata de gênero literário pouco publicado, o que dificulta o incentivo da leitura para alunos com deficiência auditiva.

Um ponto que merece destaque no presente estudo é a transformação ocasionada na vida do indivíduo surdo através da educação, a sua capacitação para o trabalho. É por meio dessa educação que o cidadão com deficiência auditiva terá a oportunidade de aplicar em um contexto social aquilo que aprendeu ao longo de sua formação e assim ser incluído na categoria trabalhadora. A autora Klein (2010) explica a contribuição escolar para a formação profissional do indivíduo surdo, demonstrando de que forma a instituição escolar vem atuar na preparação do aluno, com deficiência auditiva, para o mercado de trabalho. A autora ressalta que

As escolas de surdos podem ser consideradas um lócus privilegiado de cruzamentos de discursos em relação ao surdo e ao trabalho, e vêm atuando de forma direta no que podemos chamar de formação de surdos trabalhadores. Essa formação não se resume à aquisição de conhecimentos considerados úteis e necessários ao exercício de uma profissão, mas atua diretamente no que se refere a um disciplinamento do sujeito para uma melhor adequação às necessidades do mundo do trabalho. (KLEIN, 2010, p. 79)

Em relação ao discutido, percebe-se a importância de se lecionar a língua portuguesa para surdos, levando em consideração a necessidade de inclusão dessas pessoas nos mais diversos contextos sociais. Assim o bilinguismo é visto como melhor alternativa para se

lecionar a língua portuguesa para alunos surdos, tendo em vista, que se faz uso da língua materna do Surdo, LIBRAS, para a aquisição de uma nova língua, nesse caso, a língua portuguesa.

3 AS FILOSOFIAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS

3.1 Oralismo e comunicação total

A concepção de ensino para Surdos vem modificando-se ao longo da história. Desde o século XVI se difundiam filosofias que possibilitassem o ensino para indivíduos com deficiência auditiva. É nesse momento que se propaga a filosofia educacional do Oralismo, que defendia a ideia de que o Surdo poderia desenvolver-se como os demais falantes, a partir do momento que aprendesse a oralizar.

Em 1880, aconteceu um embate de filosofias. De um lado, os oralistas defendiam seu método como o mais adequado para a educação dos Surdos; Em contrapartida, a língua de sinais que já era utilizada nas escolas, preservava a ideia de melhor forma de ensino para a comunidade surda. Com isso, o Congresso Internacional de Educadores de Surdos, ocorrido em Milão na Itália, por volta de 1880, coloca em votação qual método de ensino deveria ser posto em prática no processo de ensino- aprendizagem do Surdo. Assim o Oralismo se sobressai, pondo a língua de sinais em desuso.

É no início do século XX que as escolas do mundo todo renunciam a língua de sinais e adotam a oralização como o principal objetivo do ensino para alunos surdos, assim, os discentes passam a receber treinamentos que possibilitassem a oralização do indivíduo surdo, para que assim, esse indivíduo tivesse a possibilidade de ser inserido na comunidade falante. Assim como relata Goldfeld (2002, p.33)

O Oralismo ou filosofia oralista visa à integração da criança surda na comunidade de ouvintes, dando-lhes condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o português). A noção de linguagem, para vários profissionais dessa filosofia, restringe-se à língua oral, e esta deve ser a única forma de comunicação dos surdos. Para que a criança surda se comunique bem é necessário que ela possa oralizar.

Com base no que a autora nos afirma, percebe-se que a filosofia oralista objetivava a integração desse indivíduo na sociedade, mesmo que por um processo que não ocorria de forma natural para o Surdo, prejudicando, assim, a sua aprendizagem; já que, havia uma

supervalorização da língua oral e os demais conteúdos, que em muito contribuíam para o desenvolvimento cognitivo, eram postos em segundo plano. Dessa forma, os conteúdos escolares de matemática, geografia e história são deixados de lado. A corrente do Oralismo enxergava a surdez como um problema a ser reduzido por meio da língua oral, assim como evidencia Lopes (2011, p. 43) “A surdez, [era] entendida como um problema de saúde, castigo ou algo a ser corrigido, era tratada de forma a minimizar seus efeitos aparentes, fazendo-se os sujeitos surdos falarem como se fossem ouvintes”.

Segundo Goldfeld, para conseguir que o processo de oralização fosse posto em prática, a maior parte das metodologias oralistas era baseada nos conceitos linguísticos de Chomsky, que defende a ideia de que todo indivíduo consegue interpretar e produzir naturalmente as estruturas de sua língua, mesmo que nunca as tenha ouvido. É com base nesse pensamento que se constitui a filosofia do Oralismo.

Dessa forma, a criança surda deve ser submetida a estimulação auditiva desde os primeiros anos de idade, para que aprendesse a distinguir alguns resíduos de sons que ela poderia ouvir. Porém, com o tempo, percebeu-se que a técnica de oralização não era suficiente para todo o processo de aprendizagem e comunicação da criança surda. Assim, Goldfeld (2002, p. 38) explicita que:

A história da educação de surdos nos mostra que a língua oral não dá conta de todas as necessidades da comunicação surda. No momento em que a língua de sinais passou a ser mais difundida, os surdos tiveram maiores condições de desenvolvimento intelectual, profissional e social.

O Oralismo cai em declínio, já que prioriza a língua oral e os demais aspectos, também importantes no processo de aprendizagem, são deixados em segundo plano. A partir de então, se começa a pensar em novas metodologias que viessem aprimorar o processo de aprendizagem e comunicação dos indivíduos da comunidade surda. Em meio ao processo de declínio que o Oralismo estava passando surge a Filosofia da Comunicação Total, que apresenta como principal objetivo o processo de comunicação do surdo, entre surdos e com o meio ouvinte. Porém, reconhecia a importância dos aspectos cognitivos e sociais que deviam estar aliados ao processo de comunicação. Diferentemente do Oralismo, os estudiosos dessa filosofia não enxergavam o Surdo como um indivíduo portador de uma deficiência, mas sim como um cidadão normal e a surdez como uma característica daquela pessoa. Assim, Lopes (2011, p. 63) relata que

O que se colocava como argumento a favor da CT é que esta seria uma filosofia que não se oporia à diferença surda, mas que possibilitaria aos indivíduos acesso a várias formas de aprendizagem e de interlocução linguística, ou seja, os surdos aprenderiam não apenas o português, mas também a língua de sinais. (LOPES, 2011, p. 63)

Com base no que foi discutido até aqui, percebe-se que a filosofia da comunicação total diferencia-se dos demais estudos pelo fato de defender qualquer processo linguístico, sejam eles manuais, orais ou a língua de sinais. A comunicação total vai priorizar a comunicação entre os indivíduos, não se importando por qual meio essa interação aconteça. Outro ponto que a difere das demais filosofias é a interação da família no processo de aprendizagem da criança surda, já que o modo como a família da pessoa surda acolhe aquele indivíduo reflete em todo seu desenvolvimento psicológico e cognitivo, como também, ajuda na aceitação do Surdo na sociedade ouvinte.

A comunicação total usa o método de ensino bimodal, que seria o uso de uma linguagem manual em paralelo com a língua oral, como forma de facilitar a comunicação entre indivíduos surdos e ouvintes. Porém, com o seu desenvolvimento, a Comunicação Total, começa a apresentar algumas falhas, entre elas, impossibilidade de se ensinar o português simultaneamente com língua de sinais. Como Goldfeld (2002, p. 41) explica

A Comunicação Total recomenda o uso simultâneo destes códigos manuais com a língua oral. [...] A Comunicação Total denomina esta forma de comunicação de bidualismo e é um recurso utilizado no processo de aquisição da linguagem pela criança e na facilitação da comunicação entre surdos e ouvintes. A língua de sinais não pode ser utilizada simultaneamente com o português, pois não temos capacidade neurológica de processar simultaneamente duas línguas com estruturas diferentes. (GOLDFELD, 2002, p. 41)

Como a autora explica, a Comunicação Total não enxerga possível o estudo do português em paralelo com a língua de sinais. Já que se trata de duas línguas com estruturas próprias e que em muito se diferem. Para essa filosofia o Surdo não teria condições neurológicas de apreender duas línguas de estruturas diferentes simultaneamente. A partir de então, começa a se pensar em um método de ensino que possibilitasse o ensino simultâneo do português e a língua de sinais, com o intuito de desenvolver, de forma eficiente, o processo de ensino aprendizagem para Surdos.

3.2 O bilinguismo como ferramenta de inclusão para o ensino da língua portuguesa

No decorrer da história, em meio às lutas e estudos, surge a Filosofia Educacional Bilinguismo, com o intuito de aprimorar o ensino para a comunidade surda, que se encontrava insatisfeita com a proibição da língua de sinais. Segundo Goldfeld, alguns estudiosos, em especial Suzanne Boral-Maisong, norteiam a concepção de se utilizar um ensino bilíngue no meio escolar, como meio de colaboração para a inclusão do aluno surdo na escola, lhe possibilitando, assim, a aprendizagem de uma segunda língua. De acordo com a teoria de Quadros (1997, p.27)

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

Com a implantação do ensino bilíngue nas escolas é que se começa o longo processo de inclusão da criança surda no contexto de sala de aula, possibilitando-lhe não só aquisição do direito, previsto em lei, de estar inserido em contexto educacional, mas possibilitando-lhe também a quebra de paradigma existente quanto à pessoa com deficiência. É uma forma de incluir esse indivíduo com deficiência auditiva em um contexto social.

O bilinguismo é posto em prática, no Brasil, na década de noventa e assim é proposto que a criança passe a adquirir a língua de sinais de forma natural, facilitando, assim, a aquisição da língua portuguesa na sua modalidade escrita. Essa filosofia prega ainda a importância da aquisição da língua de sinais pela família do Surdo, facilitando assim, o desenvolvimento da comunicação e relação com o meio ouvinte, assim como Goldfeld (2002, p. 114, 115) explica

O bilinguismo diz que as famílias das crianças surdas devem aprender a língua de sinais, mas sabemos que esse aprendizado é difícil e longo. [...] Acredito que os pais devem também aproveitar todas as alternativas comunicativas que tiverem ao alcance, pois no convívio com esses familiares percebi que não é possível, em situações domésticas, a utilização separado das línguas.

A autora explica a importância do relacionamento familiar para o desenvolvimento comunicativo da criança surda. Sugere, assim, que os pais adquiram, juntamente com a criança, a língua de sinais. E se não for possível, desenvolver um linguagem sinalizada, própria dos mesmos. Deixa claro, então, que a família serve de suporte no processo de aprendizagem da criança surda. Além de que, a aceitação do indivíduo surdo como tal é uma reflexão do que a

família enxerga nele. Assim, pais que incentivam o uso da língua de sinais, desde cedo, conseguem que seu filho, com deficiência auditiva, tenha um melhor desenvolvimento cognitivo e social. Em relação ao exposto, Reis (2011, p. 30) afirma que

A questão da relação com a família é ponto fundamental em um projeto autenticamente pedagógico-cultural, ampliando o conhecimento em Língua de Sinais. A participação dos pais é a base para que haja um conhecimento articulado e amplo sobre as crianças surdas nas suas diversas situações da vida através da experiência visual.

Para a implantação de um ensino bilíngue de qualidade é preciso que se pense, primeiramente em um projeto político pedagógico que venha atender as necessidades dos mais diversos alunos, como também pensar, em conjunto com a comunidade escolar e familiar, quais conteúdos e materiais didáticos melhor se adequarão ao ensino bilíngue em uma escola regular. Para isso é necessária toda uma preparação pedagógica do professor e da escola para que se tenham condições de oferecer um ensino qualitativo para o discente que está inserido em uma educação bilíngue. Tendo em vista o discutido, Skliar (1997, p.140) afirma que deve-se procurar construir uma escola que seja

[...] um modelo no qual o déficit auditivo não cumpra nenhum papel relevante, um modelo que se origine e se justifique nas interações normais e habituais dos surdos entre si, no qual a língua de sinais seja o traço fundamental de identificação sociocultural e no qual o modelo pedagógico não seja uma obsessão para corrigir o déficit, mas a continuação de um mecanismo de compensação que os próprios surdos, historicamente, já demonstraram utilizar.

Assim, a escola exerce o papel de transmitir, não só conteúdos e matérias, mas contribuir com a formação de cidadãos críticos e inclusivos. Dessa forma, cabe a escola bilíngue, não só o ensino da língua portuguesa escrita, mas deve-se trabalhar, também, o desenvolvimento da língua de sinais, de forma que venha apresentar formas do surdo a utilizá-la em diferentes contextos sociais e ainda trabalhar o português escrito como ferramenta de comunicação entre o surdo e comunidade ouvinte, além de propiciar a interação do surdo com textos escritos presentes em sua sociedade. Acerca do discutido Reis (2011, p.27) ressalta que

[...] a escola bilíngue exerce um papel fundamental, o de proporcionar uma interação entre a língua de sinais, até mesmo a pessoa surda compreender as diferentes formas de se comunicar na língua de sinais nas diversas situações sociais do dia a dia. E, a língua portuguesa, será a língua em que as crianças surdas poderão se comunicar de forma escrita e ter acesso a todos os materiais escritos que estão presentes na sociedade.

Partindo para o ensino da língua portuguesa, no Brasil, o indivíduo que utiliza a LIBRAS como língua materna empregará o português, na sua modalidade escrita, como segunda língua. Tendo em vista que o processo de ensino aprendizagem do português, como L2, se dá apenas pela escrita, não se pode restringir o ensino, de modo a transmitir apenas informações lexicais e de estruturação, caberá então, ao professor contextualizar o ensino para que aspectos pragmáticos e socioculturais se façam presentes no texto escrito.

Em relação ao ensino do português para surdo Salles (2004) propõe uma metodologia visuo-espacial, que seria a aquisição de uma segunda língua, no caso a língua portuguesa escrita, por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tendo em vista que se daria de forma natural e assim contribuiria para um melhor desenvolvimento cognitivo, social e psicológico do discente. A autora afirma que

[...] parte do pressuposto de que a modalidade visuo-espacial é o canal perceptual adequado à aquisição e utilização da linguagem pelas pessoas surdas, tendo implicações cruciais para seu desenvolvimento cognitivo, sua afirmação social e realização pessoal, do que decorre ainda o entendimento de que, na adoção do bilinguismo, a língua portuguesa é segunda língua para o surdo. (SALLES, 2004, p. 11)

Para que se tenha uma eficácia no ensino da língua portuguesa para alunos surdos, Salles indica o trabalho com gêneros textuais e temas transversais que levem em consideração o cotidiano do Surdo, para tanto, deve utilizar textos autênticos, com temas relacionados às vivências do discente e apresentar imagens que possam contribuir para a construção de sentido do texto, assim como, a utilização da internet como ferramenta facilitadora do ensino. Procurando, dessa maneira, a construção de um leitor ideal. A autora ressalta a importância do uso da internet, apresentando as seguintes vantagens do trabalho com a mesma:

As vantagens do uso da internet são as seguintes: em primeiro lugar, ela permite ao aprendiz surdo uma participação mais ativa em seu processo de aprendizagem, na medida em que ele próprio pode buscar textos e imagens que lhe interessem; em um segundo lugar, o aprendiz pode entrar nas salas de bate-papo, e por assim dizer, conversar por escrito. (SALLES, 2004, p. 116).

Um ponto que gera diversas inquietações no ensino do português para surdos é a maneira pela qual o surdo desenvolve a escrita, já que existem diferenças entre a estruturação da língua de sinais e a oral. Sendo assim, o indivíduo surdo apresenta dificuldades de organizar sequencialmente seus pensamentos de maneira coesiva na língua portuguesa. Isso acontece devido o pensamento do Surdo organizar-se de acordo com a estrutura da Língua de Sinais e

por, diversas vezes, o ensino estar desvinculando com a realidade da comunidade surda. Assim como explicita Silva (2001, p. 41)

[...] O ensino da língua (escrita) para surdos não deveria estar desvinculado do uso da linguagem. Os exercícios de linguagem (gramática, textos, formação de frases) poderiam constituir um momento de produção e significação, tornando o indivíduo imbuído do fenômeno social da interação. Nessa lógica, estariam presentes as condições de produção e significação, de representação do interlocutor, e o valor social da linguagem.

De acordo com o exposto pela autora, percebe-se que cabe ao professor buscar meios para que se efetive um ensino eficiente da língua portuguesa para a comunidade surda, tendo em vista que é responsabilidade do docente trabalhar uma metodologia que atenda as especificidades de sua sala de aula. Para isso, faz-se necessário a formação de professores que pensam a inclusão e que entendem o real sentido da educação inclusiva no contexto escolar. Mantoan (2003) afirma que para que se tenha uma educação inclusiva é necessário que, primeiramente, se construa a visão do professor e da escola inclusivos, assim como nos relata no seguinte trecho

[...] Ensinar, na perspectiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. Como já nos referimos anteriormente, a inclusão e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também, muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçaram esse novo projeto educacional (MANTOAN, 2003, p. 43).

Mantoan ressalta, ainda, que:

Como não me canso de dizer, ensinar atendendo às diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um, depende, entre outras condições, de se abandonar um ensino transmissivo e de se adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber. (MANTOAN, 2003, p. 38).

Diante do exposto pela autora, entende-se que para a efetivação do ensino da língua portuguesa em uma perspectiva inclusiva se faz necessária toda uma reformulação metodológica, por parte do professor, que deve enxergar à heterogeneidade de sua turma e assim, pensar meios de se ensinar a coletividade de forma igualitária, sem procurar distinções

no ensino, como também, necessita-se de uma renovação institucional que priorize o ensino coletivo, que busca a aprendizagem qualitativa de toda uma comunidade estudantil.

Quando tais ensinamentos não são postos em prática e o professor, como também a instituição escolar, opta por um ensino hierárquico e transmissivo, onde as diferenças são vistas como barreira, vão aparecendo dificuldades na aprendizagem da pessoa com deficiência, entre elas a auditiva. Tais déficits influenciarão diretamente na aquisição de uma nova língua pelos surdos, principalmente no que diz respeito à leitura e escrita da língua portuguesa. Para que professores estejam preparados para lidar com tais dificuldades é preciso que os mesmos sejam capacitados da forma correta para isso, assim como é proposto pela Declaração de Salamanca

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel - chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser adotada uma formação inicial não categorizada, abarcando todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 28).

Conforme o proposto pela Declaração de Salamanca, percebe-se que o primeiro passo a ser dado para que se alcance melhorias no ensino bilíngue é a capacitação do corpo docente para esse trabalho inclusivo. Tendo em vista que, por falta de preparo na área, alguns professores não sabem lidar com o insucesso de alguns alunos incluídos nessa modalidade de ensino. Assim muitos buscam metodologias que, por muitas vezes piora as dificuldades do aluno surdo.

As principais dificuldades do aluno surdo presentes na aquisição da língua portuguesa escrita estão na construção de sentido na leitura e escrita. Como alguns professores não se sentem preparados para assumir tal processo de ensino, às vezes, atuam com metodologias ineficientes. No intuito de sanar as dificuldades apresentadas pelo Surdo no processo de leitura e escrita da língua portuguesa, alguns professores desenvolvem atividades de “repetição”, onde são aplicados exercícios que levem ao surdo repetir, por diversas vezes, um único enunciado. Esses educadores acreditam que a repetição leve o surdo a melhorar seu desempenho na escrita. Porém, Silva (2001, P.45) não considera tal ensinamento eficiente e afirma que

[...] trabalhar a escrita por meio de exercícios de repetição, usando-os, como se o fato de “repetir” pudesse fazer esses alunos aprender a ler e escrever. Em toda esta situação, percebe-se que um dos maiores problemas da educação dos surdos é como é concebida a linguagem pelos professores e como são apresentadas as atividades de leitura e escrita, grande responsável pelas dificuldades desses indivíduos.

Diante do exposto pela autora, percebe-se que o ensino da escrita e da leitura é a base para que se desenvolva um ensino qualitativo da língua portuguesa para alunos surdos, tendo em vista que esses discentes estão por vários anos consecutivos no contexto escolar e ainda desconhecem a importância e o uso da linguagem em seus cotidianos. Para tanto, cabe ao professor ensinar a língua portuguesa para discente surdo de forma que o mesmo venha perceber sua utilidade e ligação com seu meio real. Souza (1998, p. 147), explica que

[...] a escrita da pessoa surda reflete, em certa medida, os conhecimentos que possui, ou não, da comunidade ouvinte. Ou, o quanto a escrita tem função em sua vida, ou ainda reflete o próprio processo de alfabetização a que foi submetida. Nesse contexto, o ensino de língua portuguesa é frequentemente levado a termo como uma língua morta, pois ao ensinar apenas substantivos, adjetivos, advérbios na produção de textos, esquece-se de se considerar uma premissa básica: o intercâmbio entre o papel do autor e do leitor para esse aprendizado.

Acerca do discutido, entende-se que não há como estudar as dificuldades apresentadas pelo surdo em sua escrita sem analisar, também, como se deu seu processo de alfabetização e de aquisição da linguagem. Tendo em vista que boa parte dos déficits apresentados pelo Surdo na língua portuguesa deriva de metodologias ineficientes pelas quais o discente surdo foi submetido ao longo de seu histórico escolar. O discente precisa compreender o ato da leitura não como uma decodificação de palavras, mas sim como um enunciado carregado de ideias que se relacionam com a realidade de cada leitor, sendo assim, para Koch e Elias (2012, p.11)

A leitura é uma atividade na qual se leva em conta as experiências e os conhecimentos do leitor; A leitura de um texto exige do leitor bem mais que o conhecimento do código linguístico, uma vez que o texto não é simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado por um receptor passivo.

Diante do exposto pelas autoras, percebemos que os déficits apresentados pelos discentes, principalmente os Surdos, são acarretados por um ensino ineficiente pautado apenas na decodificação de signos linguísticos, de modo que uma interpretação mais profunda é deixada de lado. Sendo assim, para que se alcance um ensino bilíngue qualitativo, faz-se necessária toda uma reformulação das instituições escolares, tendo em vista que essa modalidade de ensino não se torna eficaz pelo simples fato de a escola optar por uma educação inclusiva, assim como explica Silva (2001, p. 21)

[...] vale reconhecer que não se trata de optar pela inclusão, ou não, na escola regular ou especial, do aluno surdo, mas chamar a atenção para as alternativas simplificadas às quais eles são expostos, em que as crises etnocentradas ainda se fazem presentes por meio de uma política linguística monolíngue. A falta de clareza de não ter uma política bilíngue no trabalho pedagógico acaba por negligenciar o papel central da língua (gem) em relação ao conhecimento e à subjetividade da criança.

A autora explica que não é pelo simples fato de uma escola se dizer inclusiva ou não que a mesma vá apresentar meios capazes de lecionar um ensino de qualidade para todos. Isso acontece pelo fato de estarmos inseridos em uma sociedade que privilegia apenas uma língua, a oral. Sendo assim, todos aqueles que se encontram fora desses padrões de “normalidade” são considerados incapazes de frequentar uma sala de aula com crianças ditas “normais”. Em relação ao discutido, Sampaio (2008, p.40) ressalta que:

A homogeneidade é perseguida, e a tentativa de padronizar, massificar, rotular, para poder controlar, ainda faz parte do cotidiano escolar. Nesse processo de homogeneização, presente não apenas no interior da escola, as crianças vão sendo separadas em capazes e incapazes, a escola preparando-as para se aceitarem como tal.

Tendo em vista o discutido, compreende-se que o processo de inclusão do discente surdo na modalidade regular de ensino não deve ser orientado pela igualdade entre surdo e ouvinte, mas sim em suas diferenças históricas, sociais e culturais que o ensino deve se apoiar para que a educação bilíngue proposta pela Declaração de Salamanca seja posta em prática. Para tanto, há necessidade da construção de um currículo em LIBRAS, que apresente uma metodologia centrada no ensino da língua portuguesa escrita, fazendo com que as barreiras criadas entre o Surdo e a comunidade ouvinte sejam desfeitas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos tornam-se cada vez mais frequentes no âmbito da educação brasileira. Entende-se que para se colocar esse tipo de ensino em prática é necessário que se leve em consideração o desenvolvimento da educação bilíngue como inclusão social do Surdo. Para isso, algumas escolas se propõem a tornar acessível o ensino bilíngue a pessoas surdas, ou seja, o ensino de duas línguas no contexto escolar. Tendo como língua materna a LIBRAS e como segunda língua o trabalho com o português, na sua modalidade escrita. Sendo assim, o presente trabalho Buscou analisar o bilinguismo, como perspectiva de ensino da língua portuguesa para discentes surdos.

O estudo procurou em primeiro momento apresentar a educação inclusiva e quais meios devem ser utilizados para que a mesma se efetive em uma escola regular de ensino. Já, em um segundo momento se discute o bilinguismo como uma perspectiva para se ensinar a língua portuguesa, na sua modalidade escrita, para surdos, onde são feitas reflexões sobre as dificuldades apresentadas pelo aluno surdo na aquisição de uma segunda língua.

Para a construção do presente estudo, realizou-se uma pesquisa teórica- bibliográfica que buscou aportes teóricos que explicassem o uso do bilinguismo como ferramenta de inclusão para o ensino da língua portuguesa escrita para surdo, de forma que os discentes sejam incluídos e tenham condições para desenvolver seus conhecimentos cognitivos, sociais e para a realização pessoal desses indivíduos.

Diante do estudo realizado, percebeu-se que o bilinguismo é a filosofia que apresenta melhores resultados no processo de inclusão social e no que diz respeito o ensino da língua portuguesa para alunos surdos, tendo em vista que não desvincula o indivíduo surdo de sua língua materna, LIBRAS, mas sim, possibilita a aquisição de uma segunda língua considerando aspectos particulares à comunidade surda. Sendo assim, o bilinguismo funciona como ferramenta facilitadora no processo de ensino-aprendizagem da criança surda, tendo em vista que essa modalidade ajuda o professor e toda comunidade escolar encontrar meios para o aluno surdo seja incluído de forma efetiva, juntamente com o apoio de sua família, em um contexto regular de ensino, como também, nas mais diversas esferas sociais.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm; Acesso em: 01/10/2016.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 29/09/2016.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. 7º ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

KLEIN, Madalena. Os discursos sobre surdez, trabalho e educação e a formação do surdo trabalhador. In: **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças/ org. de Carlos Skliar. Porto Alegre. Mediação, 2010.

KOCH, I.V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LOPES, M.C. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E.G.; MATOS, S. N. **A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais**. Práxis Educacional. Vitória da Conquista. Vol. 10, 2014.

QUADROS, R. M. de. **Educação de Surdos**: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

REIS, Flaviane. **Didática e educação de surdos**. Indaial: Uniasselvi, 2011.

SALLES, Maria Moreira Lima. **Ensino de Língua Portuguesa Para Surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SAMPAIO, C. S. (no prelo) **Alfabetização e formação de professores**: Aprendi a ler (...) quando eu misturei todas as letras ali... Rio de Janeiro: Walk Editora, 2008.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do surdo**. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Educação e exclusão**: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 105-153. (Cadernos de autoria)

SOUZA, R. M. **Que palavra que te falta?** Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.